

COP 21: Conheça a posição da Fiesp para a Conferência do Clima, em Paris

A posição brasileira para a Conferência das Partes, a COP21, segundo as recentes declarações da ministra Izabella Teixeira, do MMA, está alinhada aos interesses da indústria. A opinião de Nelson Pereira dos Reis – diretor do Departamento de Meio Ambiente (DMA) e integrante do Comitê de Mudança do Clima da Fiesp – se pauta na interlocução estabelecida com o governo, que incentiva o setor produtivo a apresentar suas demandas ao Ministério do Meio Ambiente para que elas sejam integradas ao debate internacional. “Há uma sensibilidade não só no MMA, mas também no Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTI) e no Ministério de Relações Exteriores (MRE).

Reis sinaliza, no entanto, que esse percurso deve ser estruturado para que não haja perda de competitividade. Assim, é fundamental assegurar o financiamento para o acesso à tecnologia, a fim de promover as mudanças necessárias. Os compromissos brasileiros a serem apresentados devem ter boa receptividade e a expectativa é que o futuro acordo seja positivo, avalia o diretor.

Em compensação, um fator essencial à indústria, no âmbito das discussões da COP21, é a precificação do carbono, ainda em fase de debate no Ministério da Fazenda. Para Reis, em diálogo recente com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o setor industrial defendeu que o modelo a ser construído não deve comportar cobrança de taxa.

A ministra, em encontro recente (29/7) com integrantes do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) e do Comitê de Mudança do Clima da Fiesp, enfatizou as possibilidades de negócios decorrentes de um acordo do clima e elogiou o setor privado, que “se movimenta com robustez”.

ELEMENTOS PARA O NOVO ACORDO DE MUDANÇA DO CLIMA

1. Contribuições nacionalmente determinadas (iNDCs) que o Brasil pretende adotar

As iNDCs brasileiras devem refletir um determinado volume de redução de emissões para o conjunto da economia brasileira (economy wide), levando em conta a capacidade nacional e pautada pelo princípio das



Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Deve ser preservado um formato flexível de contribuição nos moldes da proposta de enfoque de diferenciação concêntrica, apresentada pelo Brasil em outubro de 2014 e durante a COP-20.

A proposta brasileira de iNDCs deve contemplar ações de adaptação à mudança do clima, além de mitigação, e outras ações que preparem o País para enfrentar eventos meteorológicos extremos.

2. Ações de mitigação e o perfil da matriz energética brasileira

O reconhecimento de ações antecipadas de mitigação (early actions), realizadas no período entre 2010 e 2020, bem como a grande participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira, deve pautar a atuação do Brasil na negociação do novo acordo.

As ações oriundas do combate ao desmatamento até 2014 resultaram em redução de emissões de mais de 650 milhões de toneladas de CO_{2eq}. Esse ativo florestal deve ser contabilizado como contribuição do Brasil à redução das emissões globais.

Da mesma forma, é imprescindível que as ações de restauração decorrentes do Novo Código Florestal, que promoverão o incremento no sequestro de carbono, sejam consideradas na composição das iNDCs brasileiras.

Redutores de vazão da Fiesp ajudam quartel a cortar 63% do consumo de água

Página 02

DMA lança documento com as principais alterações da nova versão da ISO 14001

Página 05

Vazões de rios das bacias PCJ foram declaradas como “Estado de Restrição”

Página 05

3. Mecanismos de mercado de carbono no novo acordo

É fundamental que o acordo estabeleça mecanismos de flexibilização de mercado como forma de promover a redução de emissões custo-efetivas, independentemente do seu formato.

É relevante que as iNDCs brasileiras explicitem que se poderá recorrer a mecanismos de mercado para incentivar e promover reduções de emissão e sumidouros de carbono.

A criação de taxas sobre a emissão de carbono é inaceitável e incompatível com mecanismos de mercado, qualquer que seja o grau de ambição e o formato do acordo.

4. Transferência de tecnologia e financiamento

O novo acordo deverá conter mecanismos, em especial de financiamento, que promovam a transferência e o desenvolvimento de novas tecnologias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento para fomentar a redução de emissões. No contexto do novo acordo, devem ser reforçados os programas de cooperação Sul-Sul.

O aporte de recursos financeiros internacionais oriundos

do Green Climate Fund (ou de outras fontes) e novas tecnologias são essenciais para que o Brasil possa se adaptar à mudança do clima e enfrentar eventos meteorológicos extremos.

5. Ações unilaterais, bilaterais e barreiras ao comércio

Ações unilaterais de mitigação, adaptação, tecnologia, capacitação e financiamento não devem resultar em restrições arbitrárias e injustificadas ao comércio. O novo acordo deve ter cláusula expressa que coíba barreiras ao comércio decorrentes de eventuais medidas adotadas com vistas à sua implementação.

A carta enviada ao Ministério das Relações Exteriores por João Guilherme Sabino Ometto, vice-presidente da Fiesp e Coordenador do Comitê de Mudança do Clima da entidade, para apresentar as diretrizes que a Fiesp entende serem necessárias ao balizamento dos compromissos que o Brasil assumirá na COP21 está disponível em <http://goo.gl/ZWLZV>

Solange Sólton Borges, Agência Indusnet Fiesp

Redutores de vazão da Fiesp ajudam quartel a cortar 63% do consumo de água

Depois do êxito do projeto-piloto, iniciativa deve se estender a outras unidades

O 12º Grupamento de Artilharia de Campanha de Jundiá (12º GAC) conseguiu cortar 63% do seu consumo de água, no primeiro semestre do ano, graças a uma parceria com a Fiesp.

Para chegar a essa economia, foram instalados redutores de vazão de torneira distribuídos pela Fiesp em sua campanha Água na Medida. A Fiesp também forneceu orientação técnica, e o GAC elaborou plano de contingência. Foi realizada campanha de conscientização dos 600 homens e mulheres que compõem a unidade e que abraçaram a causa, realizaram o mapeamento de vazamentos e sua imediata correção. A iniciativa deve se estender a outras unidades, com o êxito do projeto-piloto.

Marco Antonio Barbieri, diretor adjunto do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp, ecoa o pensamento do presidente da Fiesp e do Ciesp, Paulo Skaf: "os redutores não foram produzidos apenas para atender a indústria, mas sim a sociedade. E conseguimos atingir este bom resultado".

A meta inicial do 12º GAC era reduzir em 20% o uso de água da rede pública do Departamento de Água e Esgoto (DAE) local, mas o resultado foi bem além do esperado. Os dados foram apresentados em reunião conjunta das

diretorias dos Departamentos de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp.

Solange Sólton Borges, Agência Indusnet Fiesp



Reunião do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp com representante do 12º Grupamento de Artilharia de Jundiá.

Foto: Helcio Nagamine/Fiesp



Saiba como colaborar com a redução do consumo de água em: www.fiesp.com.br/agua-na-medida

Debate intersetorial com MCTI aborda mitigação de gases de efeito estufa

Ponto central: tecnologias existentes e em desenvolvimento como auxiliares na construção de cenários para o setor industrial

Em julho, na Fiesp, foi realizada oficina de capacitação sobre opções de mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em setores-chave do Brasil com especialistas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Tratou-se de metodologia para “Mapeamento de Tecnologias de Baixo Carbono” e “Construção de Cenários de Baixo Carbono” nos segmentos industrial e energético. O treinamento integrou as ações de projeto que mobiliza 11 setores com vistas ao esforço do país quanto à mudança climática e está sendo implementado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

A segunda etapa desta iniciativa foi a realização nesta

quinta-feira, 27, do workshop “Tecnologias e processos inovadores no setor industrial”. O objetivo foi debater sobre a pesquisa e o desenvolvimento, em diferentes segmentos, sobre processos que direta ou indiretamente auxiliarão na redução de emissões de GEE nas próximas décadas. No encontro, participaram representantes dos setores de alimentos e bebidas, cerâmica, cimento, ferro-gusa e aço, ferroligas, metais não-ferrosos, mineração, papel e celulose, químico e petroquímico e têxtil, além de consultores.

Para Régis Rathmann, do MCTI, é necessário consenso quanto à tecnologia, no setor industrial, para a construção de cenários de baixo carbono a fim de estabelecer mecanismos de políticas públicas para a remoção de possíveis barreiras. O especialista explicou que está sendo utilizada uma visão conservadora nesses cenários em função do momento econômico que o país vive.

Rathmann frisou que já ocorreram rodadas de encontros com vários setores a fim de balizar as tecnologias já existentes e as futuras e as opções de mitigação. “Entre janeiro e março do ano que vem serão publicados os relatórios setoriais para que haja tempo de recebermos contribuições”, disse, e um dos pontos de atenção é o impacto na competitividade. Com a crise hídrica, a matriz energética pode sofrer intensificação do carbono, alertou o representante do MCTI.

Solange Sólon Borges, Agência Indusnet Fiesp



Foto: Ayrton Vignola/Fiesp

Especialista apresenta experiência de Israel na gestão de recursos hídricos

Delegação composta por especialistas da área de gestão de recursos hídricos da Missão Econômica de Israel em São Paulo esteve no Brasil, entre os dias 3 e 5 de agosto, compartilhando informações sobre novas tecnologias e casos de sucesso sobre o uso eficiente da água na região de clima seco do sudoeste da Ásia.

Durante reunião técnica na Fiesp, Boaz Albaranes, Consul Econômico de Israel em São Paulo, destacou o DNA empreendedor do país, que é orientado em buscar soluções, investindo de forma relevante em Pesquisa& Desenvolvimento.

Beni Lew, pesquisador do Instituto Volcani de Pesquisas Agrícolas em Israel descreveu tecnologias aplicadas a dessalinização de água do mar, que é a principal fonte de água do país, tratamento de efluentes, sistemas de reúso, entre outros projetos classificados entre os 30 melhores do mundo pelas Nações Unidas.

“Não existe uma única solução para a crise, mas sim um conjunto de medidas que incluem educação e engenharia” afirmou Beni Lew ao demonstrar a importância da soma de diferentes frentes de trabalho com foco na conservação e otimização do uso da água tais como o reúso de efluente,

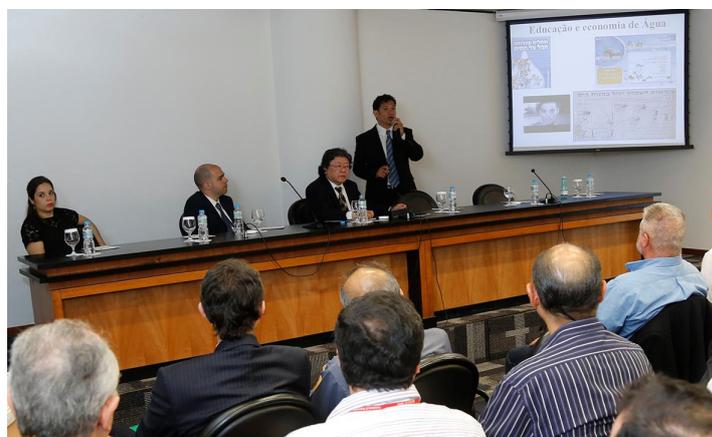


Foto: Everton Amaro/Fiesp

visto que em Israel, quase 100% do efluente sanitário tratado é aplicado na agricultura, prioritariamente por meio de tecnologias de gotejamento.

As residências também possuem incentivos para uso de caixas acopladas aos vasos sanitários com dois tipos de acionamento, redutores de vazão e arejadores, que são distribuídos gratuitamente em todo o país.

Em parceria com o IBAMA, CIESP Limeira capacita empresas no preenchimento do Cadastro Técnico Federal

A Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP e CIESP) por meio de sua Diretoria de Meio Ambiente (DMA), em parceria com o IBAMA, promoveram no dia 4 de agosto o treinamento para preenchimento do Cadastro Técnico Federal – CTF. O evento foi bastante prático e teve como objetivo auxiliar as empresas no preenchimento do documento, que é obrigatório para quem tem atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. Durante o treinamento, os profissionais do IBAMA explicaram como fazer esse cadastro e a aplicação de toda a legislação vigente, além de esclarecer quem precisa fazer o cadastro, como enviar, gerar as taxas e se regularizar. Para Bruno Buys, esse contato com as empresas é muito válido, pois assim o IBAMA identifica as demandas e as orienta, tirando as dúvidas pontuais para que todas tenham regularidade ambiental. “É importante o CIESP intermediar esta relação. Nós estamos à disposição para eventuais esclarecimentos”.

A disseminação dos conhecimentos adquiridos no treinamento também é importante, comenta Mariana Nakashima, do Ibama. Para ela, as pessoas que participam do evento se tornam multiplicadoras e ajudam os outros profissionais no cadastro e regularização.

O Cadastro Técnico Federal faz parte da Lei 6.938/1981 que trata da Política Nacional de Meio Ambiente. Os dados

informados pelas empresas nesse cadastro servem para dar subsídio às ações de controle, fiscalização, licenciamento e gestão ambiental dos órgãos do Meio Ambiente. O treinamento aborda os dois tipos de cadastro, os que exercem Atividades de Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF AIDA), que são os consultores ambientais ou trabalhos de engenharia, por exemplo, e os de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP), que são, por exemplo, atividades que tenham algum potencial de poluição.



Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp - COSEMA

A reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp de agosto de 2015 contou com a participação do Professor Augusto José Pereira Filho, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da USP- IAG/USP.

Pereira Filho fez uma abordagem científica sobre as mudanças climáticas, seus fenômenos físico-químicos, conceitos e exemplos de relação entre o clima e a precipitação a partir de dados meteorológicos. O professor enfatizou a diferença entre mudança climática e vulnerabilidade climática. Para ele, algumas pessoas associam o aquecimento global à falta de chuvas, mas o aquecimento faz com que haja mais evaporação de água e, portanto, o sistema fica mais úmido, apontando para o que resulta em variabilidade climática e não em mudança climática.

Em sua apresentação, o palestrante mostrou as mudanças microclimáticas do município de São Paulo, onde a temperatura subiu em média 2°C. Em 2014, o aumento da temperatura guardou relação direta com uma mudança climática local, por causa da ilha de calor que se tornou São Paulo e, em parte, por conta da diminuição da quantidade de nuvens, explica Pereira Filho. Pereira Filho apresentou projeção, com base nos dados da Sabesp e do crescimento populacional ajustado, considerando que a Região Metropolitana de São Paulo-RMSP terá mais 2,5 milhões de habitantes daqui a 20 anos. “Isto significa que precisaremos de mais um Cantareira se nada for feito, mas se a Sabesp conseguir reduzir as perdas físicas é possível controlar o consumo exacerbado”, sentenciou.

Ele também frisou que na RMSP o verão começava em novembro, prosseguia até fevereiro e depois esfriava, na década de 30, mas agora se inicia em agosto-setembro e se prolonga até o mês de abril. Ao comparar a evolução das anomalias do município com as globais, o professor ressaltou que a abordagem do aumento da temperatura média do globo não simplifica os fenômenos locais. No hemisfério sul, o que se observa, é uma tendência de resfriamento e aumento de gelo na Antártica, o que ocasiona uma diminuição da umidade, afetando diretamente a precipitação.

Para Augusto, esse cenário tem sido o motivo da seca e da crise hídrica que São Paulo enfrenta no momento. O professor defendeu que se dirijam esforços no estabelecimento de um sistema de prevenção, mitigação, monitoramento e planejamento, reduzindo os riscos e proporcionando uma maior proteção ambiental.



Vazões de rios das bacias PCJ foram declaradas como “Estado de Restrição” durante mês de agosto

A criticidade hídrica nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari, Jundiá – PCJ e do Alto Tietê- AT está comprometendo o abastecimento público, usuários agrícolas e atividades produtivas, com impacto também na atração de novos investimentos para essas regiões.

Em função disto, em janeiro de 2015, foi publicada a Resolução Conjunta ANA/DAEE nº50, que estabeleceu as regras para a restrição das captações de água para todos os usuários das bacias dos rios Jaguari, Camanducaia, Baixo e Alto Atibaia.

Pelas regras estabelecidas, quando for declarado “Estado de Restrição”, o setor produtivo deverá reduzir em 30% os volumes captados diariamente.

Em agosto, as regiões dos rios Camanducaia e Baixo Atibaia permaneceram em “Estado de Restrição” em 30% e 10% do mês, respectivamente.

Já o trecho do rio Jaguari esteve em mais de 50% do tempo em “Estado de Alerta”, que não impõe restrição ao uso.

Neste contexto, é importante estar atento às seguintes informações:

1. Acompanhar todas as segundas e quintas-feiras, após as

9h, a situação dos rios da bacia, por meio do website: www.sspcj.org.br

2. Quando estiver em “Estado de Restrição”, os usuários industriais devem reduzir seus volumes captados em 30%, monitorar e manter disponíveis os registros dos volumes diários captados, bem como informar os dados solicitados pelo Sistema para Declaração das Condições de Uso e Captações- SIDEC: <http://www.daeembt.sp.gov.br/sidecc/>

3. Acompanhe em tempo real as vazões nos rios das bacias PCJ pelo website <http://goo.gl/3OZmVF>

Em função dos baixos volumes de reservação de água do Sistema Cantareira e as vazões críticas dos rios nas bacias PCJ, que abastecem, por exemplo, a Região Metropolitana de Campinas e o Polo Petroquímico de Paulínia, é necessária a implantação de novas ações do setor industrial paulista para enfrentar este tipo de situação, que poderá afetar seu funcionamento e crescimento.

A Fiesp e o Ciesp têm auxiliado o setor na elaboração de guias para plano de contingência, disponíveis no website <http://www.fiesp.com.br/agua-na-medida/>

Situação Crítica na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê

No dia 18 de agosto, o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) publicou a portaria DAEE nº2.617, que declara em situação de criticidade hídrica a região da bacia hidrográfica do Alto Tietê.

Segundo as informações do Diário Oficial, com a medida, ações deverão ser adotadas para assegurar a disponibilidade hídrica.

Em 26 de agosto, o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) autorizou a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) a realizar as obras de interligação das represas Jaguari (Bacia Paraíba do Sul) e

Atibainha (Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá). Segundo o Estado, quando concluída, a obra vai reduzir a pressão sob o Sistema Alto Tietê.

Um ano depois de começar a ser usado como reforço do Cantareira, em dezembro de 2014, o sistema chegou a operar com apenas 4,2% da capacidade. O volume das represas aumentou do início do ano até maio, quando atingiu o pico de 2015 de 23,3% no dia 14. Desde então tem sofrido sucessivas quedas.

Fonte: G1 – editado. <http://goo.gl/7w2Zhm>

DMA lança documento com as principais alterações da nova versão da ISO 14001

A nova versão da norma ISO 14001 - Sistemas de gestão ambiental — Requisitos com orientações para uso tem publicação prevista para o último semestre de 2015.

A expectativa é que a versão em português, traduzida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), seja publicada concomitantemente com a versão em inglês. O projeto de norma ABNT NBR ISO 14001:2015 ficará em consulta nacional até 27 de setembro (www.abntonline.com.br/consultanacional).

O processo de revisão da norma ISO 14001 iniciou em 2012 e tem como base o chamado Anexo SL, um documento elaborado pela ISO (International Organization for Standardization) que fornece uma estrutura e formato comuns para revisão e elaboração de normas de Sistema de Gestão, permitindo a harmonização entre todas as normas de Sistema de Gestão e simplificando o uso integrado das mesmas.

ISO 14001:2015

SAIBA O QUE MUDA NA
NOVA VERSÃO DA NORMA

FIESP CIESP

O período de transição para esta nova versão será de três anos. Desta forma, as organizações que possuem a certificação ISO 14001 devem se planejar para a transição e o atendimento dos requisitos com base na nova versão. Para orientar as empresas neste processo, a Fiesp elaborou um documento que apresenta os pontos principais da nova versão da norma ISO 14001.

A publicação está disponível em:
<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/iso-140012015-saiba-o-que-muda-na-nova-versao-da-norma/>

Ciesp alerta associados sobre o início de cobrança pelo uso da água

A convocação abrange bacias hidrográficas do Baixo Pardo/Grande, Mogi-Guaçu, Pardo, Sapucaí-Mirim/Grande

O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) está entrando em contato com seus associados para informar sobre os atos convocatórios, um procedimento do Estado, sobre os dados de cobrança adotados cujos boletos serão lançados em 2016.

Apesar do momento complexo vivido pela indústria, em função de duas crises associadas, a econômica e a hídrica, o assunto merece atenção devido ao cadastramento obrigatório e aos prazos estabelecidos.

A Lei Estadual nº 12.183/2005 instituiu a cobrança pelo uso da água para os usuários diretos de rios estaduais ou de águas subterrâneas, seja para captação, consumo ou para o lançamento de seus efluentes. Essa Lei foi regulamentada pelos Decretos Estaduais nº 50.667/2006 e nº 55.008/2009.

A mesma lei prevê que, para a implantação da cobrança, deverá ser organizado cadastro específico de usuários de recursos hídricos. Esse cadastro será realizado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), em articulação com a CETESB, mediante "ato convocatório" do DAEE por bacia hidrográfica, no qual será estabelecido prazo a ser atendido pelos usuários.

Nesse momento, o ato convocatório abrange usuários de recursos hídricos localizados nas bacias hidrográficas do Baixo Pardo/Grande, Mogi-Guaçu, Pardo e Sapucaí-Mirim/Grande, ou seja, toda a região Norte do Estado.

Esses usuários devem confirmar e/ou alterar os dados relacionados aos seus usos (captação, consumo e lançamento) para efeito de cálculo dos valores correspondentes e respectiva emissão dos boletos de cobrança.

A determinação afetará as áreas de Mogi Mirim, Franca, Pirassununga, São João da Boa Vista, Sertãozinho e Barretos, por exemplo.

Atenção para as datas:

- Usuários das bacias do Baixo Pardo/Grande, Mogi-Guaçu e Sapucaí-Mirim/Grande: prazo de resposta ao ato convocatório - **3/8/2015 a 3/11/2015**.
- Usuários da bacia do Pardo: prazo de resposta ao ato convocatório - **22/6/2015 a 22/9/2015**.

Mais informações:

<http://www.atoconvocatorio.dae.sp.gov.br> ou nas Diretorias Regionais do Ciesp de Ribeirão Preto, Sertãozinho, São João da Boa Vista e Franca.

Case de sucesso

Eficiência Energética no Grupo SINA

O Projeto de Eficiência Energética do GRUPO SINA busca melhorar a qualidade e consumo de energia dentro da unidade industrial das unidades de Orlandia-SP e Pirapozinho-SP, reduzindo os impactos ambientais e buscando a aquisição de energia através de um contrato que atende a demanda da unidade com valor justo, monitoramento do consumo para garantir a utilização dentro do volume negociado, buscar alternativa de geração de calor com utilização de biomassa, utilização de vapor para alimentação da unidade como fonte de energia, redução do consumo de água, reaproveitamento da água com alta temperatura, monitoramento da caldeira para redução de fuligem, substituição de motores convencionais por motores de alto rendimento, instalação de variadores de velocidade e inversores de frequência, garantir a melhoria na iluminação com aquisição de lâmpadas fluorescentes e LED, luminárias, reatores de melhor rendimento e controle da iluminação.

A iniciativa seguiu um planejamento iniciando com a mudança do tipo de tarifa de energia em 2013/2014, alterações no processo para melhor a eficiência das

caldeiras e redução do consumo de água, obteve o reaproveitamento de 100% da água dos condensadores, automatização da abertura da descarga do fundo, intensificação na manutenção preventiva, substituição de 25% por motores de alto rendimento, controle e conscientização do descarte adequado da iluminação, aquisição de 25% de reatores eletromagnéticos, instalação de 60 sensores crepusculares.

As melhorias refletem diretamente no operacional do processo, assim como na qualidade dos produtos SINA.



Fóruns Ambientais

Federais

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Rede de Recursos Hídricos

Discutido em Brasília/DF as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos para o exercício orçamentário de 2016 e 2017 e a solicitação de renovação dos contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e entidades delegatárias das funções de Agências de Bacias. Além destes itens, também foi pautada a Deliberação nº 50/2015 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, que estabelece a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia.

Rede de Resíduos Sólidos

A reunião abordou as propostas do estudo de desoneração de cadeias sujeitas ao processo de logística reversa, em formato jurídico, e a prorrogação de prazo para o fechamento de lixões.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

Seminário "Subsídios para revisão dos critérios gerais de cobrança pelo uso dos recursos hídricos"

O DMA esteve presente no evento realizado em Brasília/DF, em que se discutiram as expectativas e visão dos órgãos gestores, dos usuários e da sociedade civil em relação a cobrança e a necessidade de complementações à Resolução nº 48 do CNRH que trata deste assunto.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Comissão Especial de Estudos sobre Compras Sustentáveis (ABNT/CEE 277)

Na reunião foi definido o novo coordenador da comissão e realizado um relato da delegação brasileira sobre a 4ª Reunião Plenária da ISO/PC 277, análise do texto do novo draft, discussão/aprovação do plano de trabalho e próximas ações.

Comissão de Estudos Especial de Avaliação da Qualidade do Solo e da Água para Levantamento de Passivo Ambiental e Avaliação de Risco à Saúde Humana - CEE- 68

Reunião do Grupo de Trabalho 03 - Intervenção e Reabilitação de Áreas Contaminadas para discussão sobre a elaboração da norma com diretrizes para construção do plano de intervenção para áreas contaminadas, contemplando a seleção de medidas de intervenção, modelo conceitual de intervenção e outros aspectos inerentes a concepção do plano.

Estaduais

Conselho de Recursos Hídricos

Reunião Extraordinária

Reunião extraordinária do CRH em que ocorreu o lançamento da publicação "Orientações para a Utilização de Águas Subterrâneas no Estado de São Paulo". Na ocasião, os Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas foram aprovados, bem como a Deliberação CRH nº 175/2015, que trata de linhas de financiamento, com enfoque no setor produtivo, para ações de enfrentamento da crise hídrica nas regiões de restrição de outorgas, como por exemplo: perfuração de poços, aproveitamento de água de chuva, sistema de reuso e outras frentes.

Grupo de Trabalho da Câmara Técnica de Cobrança (GT-Cob)

O DMA esteve presente à reunião para análise da proposta de minuta de deliberação sobre "Procedimentos, limites e condicionantes para revisão dos mecanismos e valores de cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, para os usuários urbanos e industriais", que foi elaborada com base nas discussões realizadas em fórum online de representantes dos Comitês de Bacia e GT-Cob.

Câmara Técnica de Proteção das Águas (CT-PA)

Reunião da CT-PA para apresentação, discussão e encaminhamento da revisão do Plano de Trabalho para 2015, bem como indicação de membro da CTPA para participar do GT-Enquadramento.

Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS)

A Associação Brasileira de Águas Subterrâneas e o Instituto Geológico apresentaram as propostas de ação de combate à clandestinidade de poços durante reunião da CT, abordando questões relacionadas a permissão para instalação de poços, fiscalização, educação.

Câmara Técnica de Usos Múltiplos dos Recursos Hídricos (CT-UM)

O DMA esteve presente à reunião da CTUM para definição do plano de trabalho da câmara. Na ocasião foi discutida a minuta de moção CRH ao Ministério da Saúde, propondo a exclusão de parágrafo único, artigo 12, da Portaria MS 2.914/ 2011, que contém restrições por parte da autoridade municipal de saúde pública municipal, para a autorização do fornecimento de água para consumo humano, por meio de solução alternativa coletiva, quando houver rede de distribuição de água.

Câmara Técnica de Cobrança (CT- Cob)

A CT-Cob se reuniu para análise do estudo de fundamentação da cobrança do Comitê de Bacia do Litoral

O ponto de encontro dos
profissionais da
sustentabilidade

11,12 e 13 novembro
13h às 20h



Norte (CBH-LN). Na mesma ocasião, a minuta de Deliberação sobre procedimentos e mecanismos para revisão da cobrança também foi analisada e posteriormente enviada aos CBHs do Estado de São Paulo, para discussão e posicionamento até dia 30/09.

Secretaria de Meio Ambiente (SMA)

Conselho Estadual de Meio Ambiente - Consema

Comissão Temática de Políticas Públicas e de Atividades industriais, Agropecuárias e Minerárias

As Comissões Temáticas se reuniram durante o mês de agosto, para discutirem a agenda da Secretaria de Meio Ambiente para COP -21 (Conferência das Partes) que será realizada em Paris.

O DMA esteve presente à reunião do Consema para apreciação dos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (Eia/Rima) dos empreendimentos: Interligação entre as Represas Jaguari (Bacia do Paraíba do Sul) e Atibainha (Bacia do PCJ), de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-SABESP e das obras de Implantação do Centro de Gerenciamento de Resíduos (CGR) Araçatuba.

Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia

Durante reunião do Comitê ocorreram palestras abordando o tema "Contabilidade Ambiental – mensuração ambiental, econômica e social do patrimônio líquido de países, estados e municípios" e "A encíclica Laudato Si ante a Criação e o planeta".

Resolução SMA nº 45/2015 – Logística reversa

Representantes dos Departamento de Meio Ambiente (DMA) e Jurídico (Dejur) da Fiesp participaram de reunião com a SMA e Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), em que foram apresentadas várias questões formuladas por Associações e Sindicatos patronais sobre a operacionalização da Resolução SMA nº 45/2015, que define as diretrizes para implementação e operacionalização da responsabilidade pós-consumo no Estado de São Paulo. Os resultados dessa reunião foram apresentados em reunião extraordinária da Câmara Ambiental da Indústria Paulista (CAIP).

APA Corumbataí, Botucatu e Tejuπά - Perímetro Botucatu (GT - APA/Botucatu)

Grupo Técnico Multidisciplinar Agroquímicos e Transgênicos

Na 5ª reunião do GT-APA/Botucatu os membros do GT deram continuidade à discussão sobre agroquímicos, estabelecida no plano de trabalho.

APA Corumbataí, Botucatu e Tejuπά - Perímetro Tejuπά

Reunião do Conselho Gestor

O DMA participou da reunião do conselho gestor da APA, quando foram apresentadas as ações em andamento dos grupos de trabalho de planejamento, comunicação e fiscalização, tal como o andamento dos trabalhos de elaboração do termo de referência para contratação do

plano de manejo e realização de palestra sobre cultura orgânica versus cultura tradicional.

Audiência Pública sobre a crise hídrica

O Ministério Público do Estado realizou audiência pública sobre a crise hídrica que se abate no Estado de São Paulo com enfoque nas Bacias PCJ e Alto Tietê, para instrução de inquéritos civis e produção de provas sobre o alcance da crise. Hoje, mais de 50 inquéritos e ações civis públicas do Ministério Público do Estado de São Paulo tratam de investigações sobre a crise hídrica em diversos temas: rodízio, desperdício, racionamento, qualidade da água, nível dos reservatórios, transparência de informações, improbidade e impacto ambiental.

Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (Corhi)

Reunião do Corhi para apresentação dos procedimentos a serem utilizados visando a elaboração do relatório de situação 2015. Na ocasião, também foi apresentada a proposta de minuta de deliberação a ser avaliada pelos CBHs sobre procedimentos, limites e condicionantes para revisão dos mecanismos e valores da cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, para os usuários urbanos e industriais.

Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo (Sinditêxtil) e Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT)

O DMA prestou apoio técnico aos associados do Sinditêxtil durante reunião ordinária para tratar de encaminhamentos e soluções quanto ao tratamento de efluentes no polo têxtil na região de Americana/SP. Estiveram presentes empresários da região envolvida, presidente do Departamento de Águas e Esgoto de Americana e Gerente da Companhia Ambiental do Estado (Cetesb), quando foram debatidas alternativas coletivas para solução no âmbito do licenciamento ambiental e termo de ajustamento de conduta.

Municipais

Câmara Municipal de Marília

Reunião Grupo de Trabalho – Código Zoonoses

O DMA participou da reunião do grupo formado pela câmara municipal de Marília para elaborar o código de zoonoses do município. Nessa reunião foi apresentada a proposta elaborada por veterinários da divisão de zoonoses do município.

Comitê Especial em Defesa do Meio Ambiente e da Sociedade Civil

A empresa Ultracargo realizou apresentação durante reunião do comitê criado pela subseção de Santos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre os planos de ação que estão sendo implementados referentes ao acidente ocorrido com os tanques de combustíveis em

Santos. Na ocasião, o Ministério Público de Santos explanou sobre as ações já realizadas e as ações que estão em andamento.

Conselho Municipal de Meio Ambiente de São José do Rio Preto

Reunião ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente de São José do Rio Preto, para apresentação da empresa Arco Verde Meio Ambiente sobre as atividades do Projeto Técnico de Trabalho Socioambiental dos Córregos Borá e Canela.

Comitês de bacias hidrográficas

Federais

Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ)

Reunião com as diretorias dos CIESP das Bacias PCJ

Os usuários do setor produtivo nas bacias PCJ se reuniram no CIESP em Campinas/SP, para avaliarem a situação hídrica com enfoque à eminente declaração de estado de restrição em alguns corpos d'água e avaliação das propostas quanto a renovação da outorga do Sistema Cantareira. O grupo sinalizou o posicionamento de que as bacias PCJ necessitam de descargas dos barramentos e outras ações que garantam a vazão/nível mínimo para atendimento dos usos nos limites estabelecidos nos estados de restrição. Além deste tema, também houve consenso quanto as propostas do setor para a renovação da outorga do Sistema Cantareira.

13ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ

Como pauta principal da reunião extraordinária, foi aprovada a deliberação que trata do posicionamento da região quanto a renovação da outorga do Sistema Cantareira à Sabesp. Dentre os principais pontos destacam-se: a vazão média anual de 10 m³/s para as Bacias PCJ, o prazo de 10 anos com revisão ordinária em 5 anos, níveis de alerta e planos de contingência, dentre outros itens. Até o dia 18 de setembro os organismos gestores disponibilizarão proposta de renovação as regiões envolvidas, PCJ e Alto Tietê.

Câmara Técnica da Indústria (CT-Ind)

O estudo a ser financiado com recursos dos Comitês PCJ, quanto ao potencial subterrâneo de algumas regiões industriais com déficit no balanço oferta x demanda foram discutidos na CT-Ind, tal como a renovação da outorga do Sistema Cantareira e a realização de Oficina intitulada "Pegada Hídrica".

Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL)

Os dados de qualidade dos Rios Atibaia e Piracicaba e seus tributários foram apresentados em reunião da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças, bem como apreciadas as considerações a respeito da formação de grupo de trabalho para sugestões voltadas aos temas: outorgas e licenciamento ambiental.

Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH)

Na reunião ordinária da CT-MH realizada em Americana/SP foram analisados os níveis de abastecimento da região, ocorrências do mês e perspectivas para o período de estiagem. Durante o mês de agosto ocorreram restrições para os usuários industriais dos rios Atibaia e Camanducaia, que tiveram que reduzir suas captações em 30%. O Sistema Cantareira fechou o mês com 14,5% negativo, mantendo o cenário de alerta para os próximos meses.

Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB)

A Câmara se reuniu para aprovação dos pareceres sobre a carta de Charqueada, que versa sobre soluções alternativas para reservação de água em municípios, e análise do Ofício do GAEMA (Grupo de Ação Especial do Meio Ambiente) do Ministério Público de Piracicaba/SP, referente a reversão de água da represa de Atibainha para a Bacia do Jaguari. Na ocasião, também foram feitos os informes sobre a contratação do Plano de Bacias do comitê, bem como informações sobre o sistema de suporte às decisões-SSD.

Rio Grande (CBH-Grande)

Reunião da Diretoria

A Diretoria do CBH-Grande se reuniu em Itajubá/MG, para discussão sobre o Pacto e criação da comissão eleitoral.

Rio Paranapanema (CBH-Paranapanema)

Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos – GT PLANO

As propostas em andamento para elaboração do diagnóstico e prognóstico do plano de bacia hidrográfica do Rio Paranapanema, bem como a metodologia para elaboração de cenários para o plano, foram apresentadas em reunião do GT.

Estaduais

Pontal do Paranapanema (CBH-PP)

Grupo de Trabalho da Área de Proteção e Recuperação de Manancial (APRM) – Santo Anastácio

O GT-APRM do Alto Curso do Rio Santo Anastácio, alterou seu nome para GT-Recuperação de Áreas de Proteção Permanente e Mananciais. Na reunião do grupo, foram apresentados 5 projetos de recuperação de Áreas de Proteção Permanentes (APP) em propriedades rurais elaborados por estudantes do curso de Engenharia Ambiental da Unesp (Universidade Estadual Paulista) e com apoio de entidades do estado. Posteriormente, os projetos serão submetidos a avaliação pelo comitê para viabilizar financiamento com recursos provenientes do estado ou união.

Alto Paranapanema (CBH-ALPA)

Câmara Técnica de Saneamento e Águas Subterrâneas

Na reunião realizada em Itapetininga/SP, discutiu-se uma maior participação dessa Câmara nas avaliações dos projetos a serem financiados com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), identificando ações que levem os tomadores de decisão a elaborar e propor projetos voltados ao aumento da oferta de água na bacia ou melhoria da qualidade dos lançamentos.

Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas

Em reunião conjunta das câmaras técnicas foram discutidas mudanças nos critérios de hierarquização e pontuação de projetos financiados com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro). O objetivo é implementar mudanças para incentivar projetos voltados para o aumento da produção de água, bem como melhoria da qualidade das águas na bacia.

Alto Tietê (CBH-AT)

Reunião Plenária

Reunião plenária do CBH-AT, na qual a Sabesp apresentou informações sobre o andamento das obras emergenciais visando minimizar o impacto da crise da água na Região Metropolitana de São Paulo. O comitê também discutiu a minuta proposta para manifestação, referente a revisão da outorga do Sistema Cantareira.

Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CTMH)

A CTMH se reuniu durante o mês de agosto para eleição do novo coordenador e relator da câmara e elaborado o plano de trabalho para o exercício 2015.

Grupo de Trabalho de Gestão de Demandas (GTGD)

O DMA esteve presente à reunião do grupo para eleição do novo coordenador e relator, bem como discutir seu plano de trabalho.

Câmara Técnica de Gestão de Investimentos (CTGI)

Na reunião da CTGI, a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) apresentou informações sobre o projeto de estabelecimento de indicadores e critérios para pontuação e hierarquização de empreendimentos que pleiteiam recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro)

Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (Fabhat)

Reunião da equipe técnica de fiscalização à licitação que solicitou as propostas para a elaboração do Plano de Bacia do CBH-AT. Na oportunidade foram concluídas as pontuações das empresas participantes nessa licitação, cujo relatório final foi entregue ao Diretor Presidente da Fabhat.

Baixada Santista (CBH-BS)

Câmara Técnica de Planejamento e Gestão (CT-PG)

Os resultados obtidos nas oficinas realizadas nos municípios e que visam contribuir para a elaboração do Plano de Bacia do CBH-BS foram apresentados em reunião da CTPG realizada em Santos/SP.

Reunião Plenária

Reunião plenária do CBH-BS realizada em Bertioga/SP para discussão da deliberação que trata dos recursos financeiros remanescentes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015. Na ocasião, também foi apresentado, pela Coordenadoria de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, os projetos de Educação Ambiental, seus objetivos, critérios de avaliação e metodologias de avaliação.

Tietê/Batalha (CBH-TB)

Oficina participativa do plano de bacia

Oficina participativa do plano de bacia hidrográfica do CBH-TB "Ações por Sub-Bacias", realizada em Novo Horizonte/SP, para definições de ações por sub-bacias para compor o Plano de Bacia da UGHRI 16.

Tietê Jacaré (CBH-TJ)

Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas

Reunião para apresentação do diagnóstico da rede de monitoramento de quantidade e qualidade da água da bacia, bem como discussão para identificação das áreas que necessitam de ampliação, alteração ou manutenção da rede de monitoramento.

Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT)

Grupo de trabalho de Enquadramento (Gt-Enquadramento)

O grupo se reuniu para apresentação de proposta de plano de ação baseada nas exigências previstas para o enquadramento do Rio Lavapés em Botucatu/SP.

Câmara Técnica de Planejamento (CT-PLAGRHI)

A proposta de novos depósitos de material excedente-DME do Sistema São Lourenço e da criação de um Sub-comitê da Micro-bacia do Córrego Cascata, foram analisadas durante reunião da câmara técnica em Botucatu/SP.

Unidade de Acompanhamento do Plano de Bacias (UGP)

Foi apresentado o edital para contratação de empresa que fará a atualização do Plano de Bacias do Sorocaba e Médio Tietê durante reunião da UGP.

Sapucaí Mirim Grande (CBH-SMG)

Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas

O diagnóstico do Plano de Bacia foi discutido em reunião conjunta das câmaras técnicas do CBH-SMG. Estão sendo realizadas diversas alterações e documento seguirá para correções. Para continuidade dessa análise estão previstas outras reuniões.

Rio Pardo (CBH-Pardo)

Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos

Reunião da câmara técnica para hierarquização dos empreendimentos habilitados a receberem recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015.

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp)

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) Reunião On-Line com Presidente

O DMA participou da conferência online com as diretorias regionais do Ciesp, quando o Presidente da Entidade, Paulo Skaf, pediu apoio aos representantes da indústria às propostas de alteração legislativa do Ministério Público Federal (MPF) que serão entregues ao congresso como projeto de lei de iniciativa popular, considerando um pacote com 10 medidas para aprimorar a prevenção e o combate à corrupção.

Diretoria Regional - Limeira

Treinamento para Cadastro Técnico Federal (CTF)

O DMA junto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) realizaram no CIESP Limeira/SP o treinamento sobre Cadastro Técnico Federal (CTF), com o objetivo de esclarecer as principais dúvidas das empresas e profissionais sobre essa obrigação legal.

Diretoria Regional - Alta Paulista

Visita Técnica

O DMA visitou uma empresa de prestação de serviços da região para coleta e disposição de resíduos perigosos da indústria. A visita teve por finalidade verificar se a empresa atende as principais exigências aplicadas à sua atividade.

Diretoria Regional - Jundiaí

Reunião do Conselho Deliberativo

Em reunião realizada no Ciesp Jundiaí, o DMA apresentou o resultado do trabalho de redução de captação de água no 12º Grupamento de Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro (GAC). Mediante diagnóstico dos sistemas de água instalados, práticas de uso de água e identificação de oportunidades de melhoria, o quartel atingiu redução média de 30% de captação até o momento, sem que todas as modificações previstas fossem totalmente aplicadas.

Diretoria Regional - São João da Boa Vista

Inauguração da 15ª fábrica Unilever no Brasil

O DMA esteve na cidade de Aguaiá/SP, para participar da inauguração da 15ª fábrica da Unilever no Brasil. A empresa conta com um plano de Sustentabilidade que tem gerado bons resultados em outras fábricas instaladas no Brasil. Um dos compromissos assumidos pela Unilever globalmente foi reduzir pela metade o consumo de água até 2020.

Diretoria Regional - Presidente Prudente

Reunião da Diretoria

Durante a reunião da diretoria foram apresentados os temas que estão sendo discutidos nas reuniões do Grupo de Meio Ambiente (GMA), situação atual do processo de cobrança pelo uso da água no Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema e a realização de Audiência Pública para aprovação da construção de uma Central de Tratamento de Resíduos Urbanos, Industrial e de Saúde na cidade de Adamantina.

Diretoria Regional – CIESPs região PCJ

Reunião sobre a Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 50/2015

O DMA realizou encontro prévio e emitiu comunicado aos associados nas bacias PCJ, quanto a eminência dos rios entrarem em estado de restrição devido as baixas vazões observadas.

Diretoria Regional – São José do Rio Preto

Reunião com o Gerente da Regional

Em reunião com o gerente da diretoria regional do Ciesp de São José do Rio Preto/SP, o DMA definiu as estratégias de envolvimento dos associados nas reuniões do Grupo de Meio Ambiente.

Diretoria Regional – Guarulhos

Reunião de diretoria

Durante reunião de diretoria da Regional do CIESP de Guarulhos, o DMA apresentou os resultados de estudo piloto contratado pela FIESP na busca de alternativas para ampliação da segurança hídrica para os usuários industriais por meio do uso de águas subterrâneas. Os associados utilizarão o estudo para análise de viabilidade na perfuração de poços e parcerias com outros setores.

Campanha Água na Medida

Evento na Faculdade Anhanguera de Guarulhos contou com a distribuição de 1.000 kits de redutores de vazão. O evento contou com a participação do Grupo de Meio Ambiente e o NJE do CIESP-DR Guarulhos. Alunos do SENAI Mario Amato estiveram presentes no evento e apresentaram a instalação, desenvolvimento e produção dos redutores.

Grupo de Profissionais de Meio Ambiente do CIESP de São Bernardo do Campo

Tecnologias para Controle da Poluição do Ar

O GPMA – Grupo de Profissionais de Meio Ambiente do CIESP SBC realizou no último dia 30 de julho seu encontro mensal. O tema da palestra foi Tecnologias para Controle da Poluição do Ar, que foi ministrada pelo Diretor Técnico da Eco Tech System, Jorge Marcos Pavan. Pavan falou sobre a importância do controle da poluição ambiental e mostrou algumas das tecnologias existentes no mercado para solucionar essa questão. Também falou sobre as exigências da legislação e de que maneira as empresas podem se adequar a elas.

Grupos de Meio Ambiente (GMA) do Ciesp

Diretoria Regional – Franca

Reunião do Grupo de Meio Ambiente

O DMA participou da reunião do Grupo de Meio Ambiente para planejamento e organização do evento da Campanha Água na Medida na cidade de Rifaina/SP, que será realizada no final de setembro, e na cidade de Aramina/SP, em novembro.

Diretoria Regional – Alta Paulista

Grupo de Meio Ambiente e Sustentabilidade

A nova Resolução da Secretaria de Estado de Meio Ambiente nº45/2015 e alterações previstas no processo de logística reversa/pós-consumo do Estado de São Paulo foram apresentadas na reunião do grupo.

Diretoria Regional – Ribeirão Preto

Grupo de Meio Ambiente

O Grupo de Meio Ambiente realizou visita técnica na empresa International Paper em Luiz Antônio/SP. No Brasil, presente há mais de 50 anos, a IP possui duas fábricas de papel e celulose em Mogi Guaçu e Luiz Antônio, no interior do estado de São Paulo, e uma fábrica de papel em três lagoas, no Mato Grosso do Sul. Juntas, elas possuem capacidade para produção de um milhão de toneladas de papel para imprimir e escrever, por ano.

Diretoria Regional – Santa Bárbara

Grupo de Meio Ambiente e Sustentabilidade

O Grupo de Meio Ambiente do CIESP Santa Bárbara realizou reunião ordinária e recebeu o Secretário Meio Ambiente da cidade, Sr. Cleber Canteiro para um diálogo sobre as ações desenvolvidas pela Secretaria, como os serviços de coleta de resíduos, coleta seletiva e as ações em desenvolvimento na área ambiental do município.

Diretoria Regional – Botucatu

Grupo de Meio Ambiente e Sustentabilidade

As etapas para implantação do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas empresas e a relação de empresas parceiras que fazem a coleta e reuso de resíduos não perigosos dos associados da região, foram apresentadas durante reunião do Grupo de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Ciesp de Botucatu/SP. O objetivo do encontro foi desenvolver parceiros comuns para o reuso e reciclagem na região.

Diretoria Regional – Presidente Prudente

Grupo de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Em reunião aberta do Grupo de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Ciesp de Presidente Prudente/SP, foi apresentada a Resolução SMA nº45/2015 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente que define as novas diretrizes

para implementação e operacionalização da responsabilidade pós-consumo no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

Diretoria Regional – Limeira

Grupo de Meio Ambiente (GMA)

O encontro realizado em agosto contou com a presença do gerente da Companhia Ambiental do Estado (Cetesb) de Limeira, quando foram debatidas propostas, junto aos membros do GMA, para realização de workshop sobre cases industriais, ações conjuntas, crise hídrica e plano municipal de resíduos sólidos.

Diretoria Regional – São João da Boa Vista

Grupo de Meio Ambiente (GMA)

Em agosto foi realizada a primeira reunião do Grupo de Meio Ambiente do Ciesp São João da Boa Vista. O DMA realizou palestra sobre as políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos. Na ocasião o DMA também divulgou a Campanha “Água da Medida” com a distribuição de 60.000 redutores para 12 cidades da região.

Outras reuniões

Air & Waste Management (AWMA)

Seminário Plano de Redução de Emissões das Fontes Estacionárias – PREFE

O DMA esteve presente, como palestrante, no Seminário Plano de Redução de Emissões Atmosféricas, promovido pela AWMA em São Paulo.

Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim)

Comissão setorial de saneamento e tratamento de água

O DMA ministrou palestra na Comissão setorial da Abiquim sobre a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) nº 467/2015, que dispõe sobre critérios para a autorização de uso de produtos ou de agentes de processos físicos, químicos ou biológicos para o controle de organismos ou contaminantes em corpos hídricos superficiais.

Gerência de Inovação e Sustentabilidade

O DMA participou da reunião da Gerência de Inovação e Sustentabilidade da Abiquim, apresentando o Guia de Produção e Consumo Sustentáveis: tendências e oportunidades para o setor de negócios, uma publicação elaborada pela FIESP em parceria com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

Câmara Municipal de São Paulo

O DMA esteve presente à sessão Solene da Câmara Municipal de São Paulo, que por iniciativa do Vereador Police Neto, homenageou os 150 anos da empresa BASF. O

evento contou com a participação do Cônsul da Alemanha em São Paulo e diversas personalidades do setor empresarial e governamental.

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios)

Representantes do DMA participaram de reunião com profissionais da área de vendas corporativa dos Correios para discutir ações conjuntas relacionadas à área de logística reversa de produtos e embalagens após o uso pelo consumidor.

Prêmio ABIHPEC-Beleza Brasil

O DMA, como membro da comissão julgadora, esteve presente à reunião do Prêmio ABIHPEC-Beleza Brasil para avaliação dos projetos concorrentes deste ano. O Prêmio organizado pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC) visa promover o reconhecimento das práticas empresariais e dos produtos da indústria brasileira de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.

Legislação Ambiental

Diplomas Legais recentes

Federal

Lei nº 13.156, de 4 de agosto de 2015

Altera a redação do § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10/7/1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.

Resolução ANA nº 961, de 17 de agosto de 2015

Altera o art. 1º da Resolução ANA nº 436, de 1/4/2013, que estabelece procedimentos e diretrizes gerais para delegar competência aos Estados e ao Distrito Federal para emissão de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União.

Resolução do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético nº 43, de 21 de julho de 2015

Estabelece procedimentos para as solicitações de acesso, remessa e credenciamento a serem submetidas à deliberação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético; revoga a Resolução nº 37, de 18/10/2011, e a Deliberação nº 209, de 27/9/2007; e dá outras providências.

Resolução Conama nº. 469, de 29 de julho de 2015

Altera a Resolução Conama nº 307, de 5/7/2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Resolução CNRH nº. 165, de 29 de junho de 2015

Estabelece as prioridades do PNRH para orientar a elaboração do PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal, para o período 2016-2019.

Projetos de lei (PL)

PLS nº. 533/2015 - Cria as unidades de acumulação de recursos hídricos em rios de domínio da Federação Brasileira.

PLS nº. 505/2015 - Dispõe sobre os reservatórios de acumulação de recursos hídricos em rios de domínio dos Estados e da União.

PL nº. 2.674/2015 - Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13/2/1969, e a Lei nº 12.305, de 2/8/2010, para determinar o recolhimento de produtos de uso veterinário, seus resíduos e embalagens e incluí-los entre os itens sujeitos à logística reversa.

PL nº. 2.566/2015 - Altera a Lei nº 10.257, de 10/7/2001 (Estatuto da Cidade), para tornar obrigatória a captação e utilização de patamares mínimos de águas pluviais em edificações públicas, prédios comerciais e residenciais.

PL nº. 2.506/2015 - Dá nova redação ao art. 54 da Lei nº 12.305, de 2/8/2010, ampliando o prazo para o fim dos lixões no Brasil.

PDC nº. 171/2015 - Susta a aplicação da Resolução nº 237, de 19/12/1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente.

PDC nº. 170/2015 - Susta a aplicação da Resolução nº 1, de 23/1/1986, do Conselho Nacional Do Meio Ambiente (Conama), que dispõe sobre os critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.

PDC nº. 108/2015 - Susta a aplicação da Resolução nº 303, de 20/3/2002, do Conselho Nacional Do Meio Ambiente (Conama), que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

PDC nº. 107/2015 - Susta a aplicação da Resolução nº 302, de 20/3/2002, do Conselho Nacional Do Meio Ambiente (Conama) que prevê a proteção de área de preservação permanente na faixa de cem metros dos entornos dos reservatórios.

Estadual (SP)

Decreto nº 61.437, de 18 de agosto de 2015

Dispõe sobre a transferência da Unidade de Gerenciamento do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica, denominada UGP - Serra do Mar, da Secretaria de Planejamento e Gestão para a Secretaria da Habitação.

Decreto nº 61.430, de 17 de agosto de 2015

Aprova e fixa os valores a serem cobrados pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Piracicaba, Capivari e Jundiáí.

Decreto nº 61.415, de 7 de agosto de 2015

Aprova e fixa os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, dos usuários urbanos e industriais, na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Pontal do Paranapanema.

Decreto nº 61.414, de 7 de agosto de 2015

Altera dispositivos do Anexo II do Decreto nº 61.213, de 15/4/2015.

Decreto nº 61.386, de 23 de julho de 2015

Aprova e fixa os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, dos usuários urbanos e industriais, na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Médio Paranapanema.

Resolução SMA nº. 51, de 6 de agosto de 2015

Altera dispositivo da Resolução SMA nº 18, de 7/4/2015, que constitui Grupo de Trabalho para desenvolver estudos e propor ações de proteção, conservação e desenvolvimento sustentável da Serra da Mantiqueira.

Portaria DAEE nº. 2.410, de 31 de julho de 2015

Convoca os usuários de água da Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo/Grande a se cadastrarem no Cadastro de Usuários das Águas do Ato Convocatório do DAEE.

Portaria DAEE nº. 2.409, de 31 de julho de 2015

Convoca os usuários de água da Bacia Hidrográfica do Mogi-Guaçu a se cadastrarem no Cadastro de Usuários das Águas do Ato Convocatório do DAEE.

Portaria DAEE nº. 2.408, de 31 de julho de 2015

Convoca os usuários de água da Bacia Hidrográfica do Sapucaí-Mirim/Grande a se cadastrarem no Cadastro de Usuários das Águas do Ato Convocatório do DAEE.

Portaria DAEE nº. 2.407, de 31 de julho de 2015

Estabelece as condições e os procedimentos a serem adotados com relação à declaração, do Usuário ao DAEE, dos volumes captados e medidos, de água superficial, conforme a Portaria DAEE nº 761/2015.

Deliberação Cofehidro nº. 155, de 23 de julho de 2015

Aprova proposta de "Programa Especial de Fomento para Redução da Demanda Hídrica em Áreas sob Escassez Crítica" e dá outras providências.

Projetos de lei (PL)

PL 1084/2015 - Dispõe sobre a instituição do Programa de Conscientização, Reaproveitamento, Doação e Distribuição de Medicamentos para a População no âmbito do Estado.

Normas técnicas

Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental ABNT - CB 38

- FDIS 14021 (Ed 2) - Environmental labels and declarations - Self-declared environmental claims (Type II environmental labelling). (Rótulos e Declarações Ambientais – Autodeclarações ambientais - Rotulagem Tipo II) - Em fase final do processo de revisão, fase de votação do draft final.

Comissão Especial 277

- DIS ISO 20400 – Sustainable Procurement (Compras Sustentáveis)
Projeto de norma foi para o estágio DIS (Draft of International Standard)

Consulta nacional

- Projeto ABNT NBR ISO 14001 - Sistemas de gestão ambiental — Requisitos com orientações para uso
O Projeto encontra-se em Consulta Nacional, com prazo para comentários até 27/09/2015.
- Projeto ABNT NBR ISO 9001 - Sistemas de gestão da qualidade – Requisitos
- Projeto ABNT NBR ISO 9000 - Sistemas de gestão da qualidade - Fundamentos e vocabulário

Para acessar: www.abntonline.com.br/consultanacional

Normas publicadas

Comissão de Estudo Especial ABNT/CEE-068 - Comissão de Estudo Especial de Avaliação da Qualidade do Solo e Água para Levantamento de Passivo Ambiental e Análise de Risco à Saúde Humana

ABNT NBR 16434:2015 - Amostragem de resíduos sólidos, solos e sedimentos - Análise de compostos orgânicos voláteis (COV) – Procedimento, publicada em 01.09.2015

ABNT NBR 16435:2015 - Controle da qualidade na amostragem para fins de investigação de áreas contaminadas – Procedimento, publicada em 01.09.2015

Processo de elaboração das normas ISO





Calendário de obrigações ambientais

Obrigações que devem ser cumpridas em setembro:

Até 30 de setembro de 2015

Pagamento da 3ª parcela de 2015 da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA e Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFASP

A quem se aplica: O pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental- TCFA deve ser realizado trimestralmente por empresas que exerçam as atividades listadas no Anexo VIII da Lei nº 10.165/00.

Como fazer: O pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental -TCFASP, prevista na Lei nº 14.626/11, será realizado de forma conjunta com o da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU única. O boleto deverá ser emitido por meio do site do IBAMA.

Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa

Entre 1 de setembro e 31 de outubro

A quem se aplica: Os empreendimentos que desenvolvem atividades que constam no art. 3º da Decisão de Diretoria CETESB Nº 254/12 deverão encaminhar o inventário de emissões de gases de efeito estufa em meio eletrônico para a CETESB.

Como fazer: Os resultados, compreendendo o período de

janeiro a dezembro de 2014, devem ser apresentados conforme disposto no Anexo Único da referida decisão de diretoria com memórias de cálculo em planilhas abertas.

Apresentação do Ato Declaratório Ambiental - ADA

A quem se aplica: O ADA é um documento de cadastro que possibilita ao proprietário rural uma redução do Imposto Territorial Rural – ITR, em até 100%, sobre a área efetivamente protegida, e deve ser preenchido e apresentado pelos declarantes de imóveis rurais obrigados à apresentação do ITR, conforme Instrução Normativa IBAMA nº 5/09.

Como fazer: A declaração deverá ser feita por meio eletrônico, na página do IBAMA na Internet. Para acesso e preenchimento do formulário ADAWeb é necessário que o declarante (proprietário rural, posseiro etc.) seja previamente cadastrado no Cadastro Técnico Federal do IBAMA – CTF - e, conseqüentemente, obtenha uma senha. Para a apresentação do ADA não existem limites de tamanho de área do imóvel rural. Será necessário um ADA para cada Número do Imóvel na Receita Federal (NIRF). Quando não tiver meios próprios à sua disposição, o declarante da pequena propriedade rural ou posse rural familiar definidos pela legislação pertinente, poderá optar pela apresentação das informações referentes ao ADA em uma das Unidades do IBAMA (informações prestadas no ITR).

Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp. Circulação mensal.

Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | cdma@fiesp.com | www.fiesp.com.br

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.





11ª EDIÇÃO

PARTICIPE!

INFORMAÇÕES:
premioagua@fiesp.com